

MPF: Investigar filhos de ministros pode ajudar a “pegar Lula”

Novas mensagens entre procuradores da República mostram que o consórcio de Curitiba mirava os filhos de ministros que atuavam como advogados como estratégia para emparedar magistrados responsáveis por julgar recursos da "lava jato".

Ricardo Stuckert - Divulgação



Investigar filhos de ministros pode ser "o caminho" para "pegar Lula", disse procurador Ricardo Stuckert

Os diálogos, apreendidos em investigação contra hackers que invadiram celulares de autoridades, foram enviados pela defesa do ex-presidente Lula ao ministro Ricardo Lewandowski nesta segunda-feira (22/2).

Em conversa de agosto de 2016, os procuradores se mostravam descontentes com as provas colhidas contra Lula no caso do triplex do Guarujá. O petista seria condenado pelo então juiz Sergio Moro cerca de um ano depois.

A **ConJur** manteve abreviações e eventuais erros de digitação e ortografia presentes nas mensagens.

"O STJ está se fechando com a história de que vamos buscar os filhos dos ministros que advogam [...] Não vamos pegar Lula se nos limitarmos ao sítio e ao triplex. Precisamos buscar novas linhas, os filhos podem ser o caminho. A JBS é um elo importante. Cresceu um absurdo no gov lula", afirmou um procurador não identificado. Nas conversas hackeadas, o nome do responsável por criar o chat é suprimido.

O integrante do MPF prossegue dizendo que o maior risco envolvendo a tentativa de investigar filhos de ministros do STJ é o de a atuação ser considerada nula pelo Supremo Tribunal Federal. Ainda sim, afirma, "penso que está na hora de fazermos um planejamento p q já já todos estarão fartos da LJ ["lava jato"]".

Deltan Dallagnol, então coordenador da "força-tarefa" em Curitiba, diz que não concorda com a possibilidade de nulidade no STF. "Só há chance de nulidade se perdermos opinião pública. Se

perdermos esta, perdemos o caso. Mas se tivermos ela, salvamos o caso. Mantendo a opinião pública, é claro que é convenientes manter o STF por uma série de importantes razões."

Carolina Rezende, da PGR, que integrava a equipe do então procurador-geral da República Rodrigo Janot, entra na conversa. "Deltan, p termos certeza a teremos a opinião pública sempre conosco, precisamos assumir posição na briga política do país. Sem isso, tenderemos a desagradar cada vez mais. Pq sem lado, num momento como oq vivemos, todos desconfiam."

Dallagnol volta a discordar. "Acho que não Carol. Se batermos em todos, com alguma estratégia, creio que mantemos. Aumentamos o número de inimigos fortes, mas isso vai acontecer de qq modo", afirmou.

Carolina já está se tornando figura carimbada nos novos diálogos. Conforme mostrou a **ConJur** em 12 de fevereiro, [foi ela quem disse](#) que a prioridade da "lava jato" deveria ser a de "atingir Lula na cabeça".

Rio de Janeiro

A técnica de intimidar magistrados não se restringia às cortes superiores. Em conversa de 5 de julho de 2016 os procuradores disseram que conseguiram emparedar o então relator da "lava jato" no Tribunal Regional Federal da 2ª Região. O desembargador foi substituído por outro "super favorável" aos integrantes do MPF. Na ocasião, os lavajatistas queriam que o Rio compartilhasse quebras de sigilo com Curitiba.

"Athié se declarou suspeito na Saqueador! Conseguimos emparedar o sujeito!"" disse Lauro Coelho. Roberson Pozzobon comemorou: "Toooooop total! E a decisão dele? Conseguem reverte-la com essa causa?".

Desencadeada em 30 de junho de 2016, a operação "saqueador" investigou lavagem de dinheiro no valor de R\$ 370 milhões. Na ocasião foram presos Carlinhos Cachoeira, Cláudio Abreu, Adir Assar e Marcelo José Abudd. Athié, citado na conversa, é o desembargador federal Antonio Ivan Athié.

"A 'lava jato' apostava que a nulidade dos seus atos não seria reconhecida, inclusive pelo STF, como de rigor, em virtude da manipulação da 'opinião pública', pela técnica do 'emparedamento'. Aliás, a técnica do 'emparedamento — ou da tentativa de constrangimento ilegal — foi admitida nas conversas da 'lava jato' que foram analisadas não apenas em relação aos Tribunais Superiores, mas também em relação a outros tribunais", afirmou a defesa de Lula na peça enviada a Lewandowski.

A defesa de Lula é feita por **Cristiano Zanin, Valeska Martins, Maria de Lourdes Lopes e Eliakin Tatsuo**.

Rcl 43.007

Date Created

22/02/2021